

RELATÓRIO E CONTAS



FUNDAÇÃO
PORTUGAL
ÁFRICA

2021

M. A.

de

FUNDAÇÃO PORTUGAL-ÁFRICA

Relatório Anual

Em 31 de Dezembro de 2021

1. Actividade

O ano de 2021 da Fundação Portugal-África ficou marcado, essencialmente, por dois aspectos: a eleição de novos membros para os seus órgãos e o início da preparação do projecto de parceria com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE).

O primeiro aspecto a sublinhar no ano de 2021, foi a eleição de novos membros para os órgãos da Fundação, eleição que teve lugar mediante a deliberação da Assembleia de Fundadores tomada em 30 de Julho de 2021 e que produziu efeitos em 15 de Setembro de 2021.

Em segundo lugar, o ano de 2021 fica marcado pelo arranque das iniciativas destinadas a dar corpo ao projecto de parceria com o MNE acima referido. Recorda-se que a proposta de criação deste programa foi plasmada no documento intitulado “Projecto de Criação de um Programa de Formação Pós-Graduada para Nacionais de Países Africanos de Língua Portuguesa”, datado de 26 de Agosto de 2019 (adiante Documento de 2019), remetido à Fundação pelo MNE em 11 de Setembro de 2019, e que mereceu, nas suas linhas gerais, o acordo da Fundação em Outubro desse mesmo ano de 2019. A pandemia COVID 19, que se iniciou no primeiro trimestre de 2020, com a imposição de sucessivos estados de emergência e de situações de confinamento, veio a provocar um deslizamento do início dos trabalhos de concretização do referido programa. Esse início veio a ter lugar já em Setembro de 2021, com a realização de uma reunião entre o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e representantes da Fundação e uma troca de cartas entre o MNE e a Fundação, através das quais se renovou o propósito de avançar com a concretização do programa, se reconfirmaram, com a actualização necessária em função do tempo entretanto decorrido, as bases constantes do Documento de 2019 e foram designados os representantes de ambas as partes no Grupo

de Trabalho encarregue de preparar uma proposta de estruturação do programa. Na sequência desses desenvolvimentos, tiveram já lugar três reuniões desse Grupo de Trabalho, perspectivando-se que o mesmo possa vir a submeter aquela proposta ao MNE e à Fundação até ao fim do primeiro trimestre de 2022.

Sublinha-se, finalmente, que a Fundação deu continuidade, no exercício de 2021, à orientação que foi definida aquando da aprovação da iniciativa acima descrita e que se traduziu na decisão de imprimir à Fundação um rumo traduzido no enfoque e concentração das suas actividades, ao longo dos próximos anos, no desenvolvimento da supra referida parceria com o MNE. Nesse quadro, a atividade desenvolvida pela Fundação limitou-se, em 2021, à sua gestão corrente, sem financiamento de iniciativas próprias ou de terceiros, com a exceção do acompanhamento final e encerramento do projeto das Escolas Profissionais de Moçambique, quadro em que houve ainda lugar ao pagamento, no primeiro semestre, dos honorários da Eng.ª Sara Vicente Ferreira previstos no protocolo que assinou com a FPA no âmbito do projeto das Escolas Profissionais de Moçambique.

2. Evolução Económica Financeira

No exercício de 2021 a Fundação apurou um resultado líquido negativo de 162.661 euros, que se traduz numa variação negativa de 125.119 euros face ao ano de 2020, em que se registou um resultado líquido negativo de 37.542 euros.

Para esta variação contribuiu exclusivamente a evolução dos resultados apurados na gestão da carteira de investimentos financeiros da Fundação, já que esses resultados foram no montante de 3.955¹ euros, o que compara com 187.288¹ euros registados em 2020, ou seja, uma diminuição de 183.333 euros, superior à variação negativa dos resultados de 125.119 euros acima assinalada. A isso acresce que os gastos de funcionamento da Fundação, correspondentes a custos operacionais com

¹ Somatório do valor registado em ganhos por aumento do justo valor com o valor registado em ganhos em instrumentos financeiros e valor registado com juros e rendimentos similares subtraído do somatório do valor registado em perdas por redução do justo valor com o valor registado em perdas em instrumentos financeiros e o valor registado em Derivados-conta margem e comissão de gestão.

fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal baixaram de 108.830 euros, em 2020, para 89.914 euros em 2021.

A acima referida diminuição dos resultados com a gestão da carteira de investimentos financeiros é, em grande parte, justificada pelo perfil de risco muito conservador que foi implementado e vigorou em 2021, o qual envolveu a redução praticamente da totalidade da exposição a produtos de maior risco (vg acções). É intenção do actual Conselho de Administração da Fundação ajustar ligeiramente este perfil de risco, designadamente por forma a permitir alguma, ainda que reduzida, exposição a acções mantendo, contudo, a sua orientação conservadora. A conjugação dessa alteração, que se espera contribua para aumentar a rentabilidade da carteira da Fundação, com uma redução significativa, já em 2022, do valor das amortizações, permite perspectivar a possibilidade de em 2022 se inverter a acima tendência de agravamento dos resultados de exercício da Fundação.

O ativo total líquido da Fundação, no final de 2021, é de 10.001.104 euros, registando-se relativamente ao ano anterior uma diminuição de 195.940 euros.

Esta diminuição é explicada pela redução do valor líquido do imobilizado, fruto das amortizações do exercício, no montante de 107.864 euros, e da redução do valor do saldo dos ativos financeiros, obrigações, fundos de investimento e depósitos à ordem, no montante de 67.366 euros, esta última redução decorrente da evolução do valor da carteira de instrumentos financeiros da Fundação (correspondente a Ativos detidos para negociação e caixa e depósitos bancários).

Os fundos patrimoniais de 9.991.841 euros no final do ano de 2021, registaram também uma diminuição face ao exercício anterior de 187.602 euros.

Esta diminuição resulta (i) do resultado negativo do exercício, 162.661 euros e (ii) da extinção (por eliminação do activo) do saldo dos subsídios para investimento que transitara de 2020, no montante de 24.940 euros, e que em 2021 foi reconhecido no resultados do exercício.

3. Aplicação do Resultado do Exercício

De acordo com os Estatutos da Fundação, propõe-se que o resultado líquido negativo da Fundação apurado no exercício 2021, no montante de 162.661 euros, seja aplicado em Resultados Transitados.

4. Atividade Futura

Conforme se detalhou no ponto 1, a atividade dos próximos anos da Fundação irá estar concentrada no desenvolvimento do projeto de parceria com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

5. Agradecimentos

O Conselho de Administração manifesta o seu apreço e agradecimento pelo trabalho realizado pelos membros dos órgãos da Fundação que cessaram funções em Setembro de 2021. O Conselho de Administração regista também o seu agradecimento ao Senhor Dr. Carlos Costa Pina, membro do Conselho de Administração que, na sequência da sua saída da Galp, renunciou, em 5 de Janeiro de 2022, a esse cargo. Manifesta-se ainda o agradecimento do Conselho de Administração:

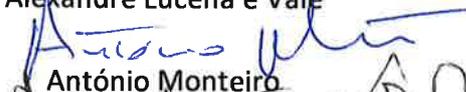
- Aos Fundadores
- Ao Conselho Fiscal
- Aos colaboradores da Fundação

Porto, 24 de Fevereiro de 2022

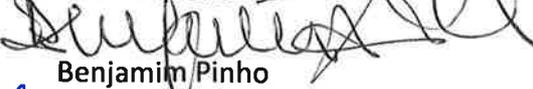
O Conselho de Administração,



Alexandre Lucena e Vale



António Monteiro



Benjamin Pinho



Rodolfo Lavrador



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	Dezembro 2021	Dezembro 2020
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	334.800	398.132
Ativos intangíveis	6	108.888	153.419
Total do ativo não corrente		<u>443.688</u>	<u>551.551</u>
ATIVO CORRENTE:			
Outros créditos a receber		-	18.728
Ativos financeiros detidos para negociação	7	5.754.266	5.392.976
Diferimentos		-	1.983
Caixa e depósitos bancários	4	3.803.150	4.231.806
Total do ativo corrente		<u>9.557.416</u>	<u>9.645.493</u>
Total do ativo		<u>10.001.104</u>	<u>10.197.044</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundo Social	8	11.372.599	11.372.599
Reservas		1.123.306	1.123.306
Resultados transitados		(2.341.403)	(2.303.861)
Outras variações nos fundos patrimoniais	8	-	24.940
		<u>10.154.503</u>	<u>10.216.984</u>
Resultado líquido do exercício		(162.661)	(37.542)
Total dos fundos patrimoniais		<u>9.991.841</u>	<u>10.179.443</u>
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		404	8.907
Estado e outros entes públicos	9	415	386
Outras dívidas a pagar	10	8.444	8.309
Total do passivo corrente		<u>9.262</u>	<u>17.601</u>
Total do passivo		<u>9.262</u>	<u>17.601</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>10.001.104</u>	<u>10.197.044</u>

O anexo faz parte integrante deste balanço.

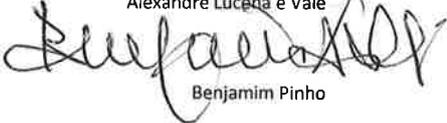
O Contabilista Certificado


António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração


Alexandre Lucena e Vale


António Vitor Martins Monteiro


Benjamim Pinho


Rodolfo Vasco Lavrador



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Subsídios à exploração		-	-
Fornecimentos e serviços externos	11	(78.058)	(97.670)
Subsídios concedidos	12	(16.546)	(33.878)
Gastos com o pessoal		(11.856)	(11.160)
Aumentos / (reduções) de justo valor	7	45.463	111.504
Outros rendimentos	13	25.983	438.146
Outros gastos	14	(20.176)	(318.567)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(55.190)	88.376
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(107.864)	(132.114)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(163.054)	(43.738)
Juros e rendimentos similares obtidos	15	392	6.196
Resultado antes de impostos		(162.661)	(37.542)
Imposto sobre o rendimento do exercício		-	-
Resultado líquido do exercício		(162.661)	(37.542)

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas.

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Alexandre Lucena e Vale

Benjamim Pinho

António Vitor Martins Monteiro

Rodolfo Lavrador

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Subsídios ao investimento (Nota 8)	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2021		11.372.599	1.123.306	(2.303.861)	24.940	(37.542)	10.179.443
Resultado integral do exercício	8					(162.661)	(162.661)
Aplicação de resultados	8			(37.542)		37.542	-
Reconhecimento de subsídios	8				(24.940)		(24.940)
		-	-	(37.542)	(24.940)	(125.120)	(187.601)
Posição no fim do exercício 2021		11.372.599	1.123.306	(2.341.403)	0	(162.661)	9.991.841

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Subsídios ao investimento (Nota 8)	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2020		11.372.599	1.123.306	(2.370.359)	52.322	66.498	10.244.366
Resultado integral do exercício	8					(37.542)	(37.542)
Aplicação de resultados	8			66.498		(66.498)	-
Reconhecimento de subsídios	8				(27.382)		(27.382)
		-	-	66.498	(27.382)	(104.039)	(64.923)
Posição no fim do exercício 2020		11.372.599	1.123.306	(2.303.861)	24.940	(37.542)	10.179.443

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais.

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Alexandre Lucena e Vale

Benjamim Pinho

António Vítor Martins Monteiro

Rodolfo Lavrador

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Montantes expressos em euros)

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Pagamentos de apoios a projetos proprios	(13.577)	(30.452)
Pagamentos a fornecedores	(36.901)	(45.310)
Pagamentos ao pessoal	(8.037)	(7.654)
	(58.515)	(83.416)
Outros recebimentos / pagamentos	(29.228)	(39.373)
	(87.743)	(122.789)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(896.639)	(7.842.188)
	(896.639)	(7.842.188)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	471.620	8.851.470
Juros e rendimentos similares	84.106	25.161
Dividendos	-	486
	555.726	8.877.117
	(340.913)	1.034.929
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Redução de fundos	-	-
	-	-
	-	-
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(428.656)	912.140
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.231.806	3.319.666
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.803.150	4.231.806

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Alexandre Lucena e Vale

Benjamim Pinho

António Vitor Martins Monteiro

Rodolfo Lavrador

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2021

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Portugal - África ("Fundação") é uma pessoa coletiva de direito privado e fins de utilidade pública, regendo-se pelos seus estatutos e, em tudo o que neles é omissivo, pela legislação Portuguesa aplicável.

A Fundação foi constituída em 9 de janeiro de 1995 e tem como finalidade contribuir para a realização e incremento de ações de carácter cultural, científico e educacional a desenvolver em Portugal e em África, designadamente junto dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os países africanos, numa perspetiva de progresso e de projeção para o futuro. No âmbito de intervenção da Fundação incluem-se a concessão de subsídios e apoios a projetos relacionados com o fim da Fundação.

Em 22 de setembro de 1995, a Fundação obteve do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o estatuto de ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, nos termos do disposto na Lei 19/94 de 24 de maio. Entretanto, face ao disposto na Lei nº 66/98 de 14 de outubro, foi feito pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), o registo da Fundação Portugal África junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, reconhecendo o seu estatuto de ONGD.

A 2 de novembro de 2007, a Fundação foi nomeada como observador consultivo da C.P.L.P. – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e em julho de 2009 foi admitida como membro do Centro Português de Fundações.

O ano de 2021 da Fundação Portugal-África, como referido no seu Relatório Anual, ficou marcado, essencialmente, por dois aspetos: a eleição de novos membros para os seus órgãos e o início da preparação do projeto de parceria com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Fundação opera.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de julho e republicado pelo decreto-lei nº 98/2015 de 2 de junho, de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 2012, passaram a ser igualmente aplicáveis as disposições legais previstas no Decreto-Lei nº 36-A/2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que faz



parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 10 de julho acima referido, o qual inclui a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e de normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos anexos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de agosto de 2009.

Dado que este novo regime face ao normativo até aqui aplicado pela Fundação não gera qualquer impacto contabilístico, patrimonial ou ao nível da divulgação desta entidade, a Fundação optou por manter a forma de apresentação das suas demonstrações financeiras como até aqui, dado que considera que esta é mais completa e útil para o utente das suas Demonstrações Financeiras.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Fundação operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Nesta análise a Fundação teve em consideração os planos da Assembleia Geral de Fundadores relativamente ao futuro da mesma, sendo que no final de 2019 o Ministério dos Negócios Estrangeiros propôs a criação conjunta de um projeto de pós graduações e doutoramentos a realizar em Portugal destinado a estudantes dos PALOP, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Fundação, sendo que a prossecução das medidas a desenvolver pela Fundação, como a preparação de um novo projeto de Estatutos e diálogo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros serão uma das principais incumbências dos seus novos órgãos sociais, recentemente eleitos. A Fundação tem mantido desde 2019 uma atividade limitada aos compromissos assumidos e em curso, reduzindo ao mínimo a sua intervenção em projetos promovidos por entidades terceiras. A 8 de setembro de 2021 foi realizada uma reunião com o Ministro dos Negócios Estrangeiros na qual ficou decidido retomar o programa de formação pós-graduada para nacionais de PALOP interrompido em 2019. A Fundação ressalva que não irá operar através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas sim negociar com o Estado a implementação de um programa de Pós Graduação de estudantes dos PALOP.

Tendo em consideração o exposto, em resultado da avaliação efetuada, a recém-eleita Administração concluiu que a Fundação dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as suas atividades no curto prazo, antes pelo contrário, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.


2 / 17


3.2 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8

Os ativos que integram a rubrica de “Outros ativos fixos tangíveis” incluem um montante de 8.285 Euros (8.285 Euros em 31 de dezembro de 2020) relativo a património artístico, o qual não é amortizado, por se considerar que o mesmo não se deprecia, nem perde valor.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.3 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis incluem essencialmente as despesas de desenvolvimento incorridas no âmbito dos projetos “Memória de África” e “Memória de África e do Oriente” e são amortizados por um período de 10 anos.

3.4 – Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

3.5 – Imposto sobre o rendimento

Por despacho conjunto A – 192/96 – XIII do Ministério dos Negócios estrangeiro e das Finanças datado de 31 de Outubro de 1996, foi reconhecida à Fundação a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativamente às categorias C, E, F e G.

3.6 – Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.7 – Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado; e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) **Ao custo ou custo amortizado**

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não sejam objeto de negociação e façam parte da carteira da Fundação.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

Outros créditos a receber

Os saldos de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de seis meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros, que incluem, por exemplo, valores de papel comercial, são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade; no entanto, dado que se tratam de instrumentos de curto prazo e a especialização do juro corrido é refletida na linha de Balanço em que estes ativos se encontram registados, o seu valor não difere substancialmente do seu justo valor.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados na rubrica “Aumento / redução de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

Os valores identificados no Balanço na rubrica de “Ativos financeiros detidos para negociação”, fazem parte de uma carteira, gerida pelo Banco Português de Investimentos (Banco BPI), que tem como objetivo a captação de lucros reais, que a Fundação posteriormente irá aplicar na sua atividade de promoção e valorização dos laços históricos e de civilização entre Portugal e os países africanos, designadamente através da concessão de subsídios.

A Fundação procede à remensuração a justo valor, a cada trimestre, de todos os seus ativos e passivos financeiros a Justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 – Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. A Fundação procede à sua remensuração a justo valor a cada trimestre, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica “Ativos financeiros detidos para negociação – Derivados”. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação – Derivados”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Os Instrumentos derivados contratados pela Fundação fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto com o objetivo de gerar lucros reais para a Fundação.

3.9 – Subsídios / donativos recebidos de terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios recebidos de terceiros, nomeadamente por comparticipação em despesas de projetos, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza de que a Fundação cumpriu com as condições de atribuição dos mesmos e de que na prática tem vindo a corresponder ao momento em que são recebidos.

6 / 17
A
A

Os subsídios recebidos no âmbito de apoios ao investimento associados, nomeadamente, à aquisição de ativos não correntes, são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10 – Subsídios e apoios atribuídos a terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios atribuídos a terceiros, para atividades que se enquadram no fim da Fundação, são registados como gastos na demonstração dos resultados, na rubrica de “Subsídios concedidos” no exercício em que os mesmos são pagos, dado que é entendimento do Conselho de Administração que o momento do pagamento não difere do momento em que o gasto efetivamente é incorrido.

3.11 – Rédito

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido, na Demonstração dos resultados em Resultados Financeiros, quando se encontra estabelecido o direito da Fundação a receber o correspondente montante.

3.12 – Especialização de exercícios

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.13 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- (i) Vidas úteis e análises de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (ii) Justo valor dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

3.14 – Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“*non adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 detalha-se conforme se segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Numerário	-	10
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à Ordem	3.803.150	1.431.796
Depósitos a Prazo	-	2.800.000
	<u>3.803.150</u>	<u>4.231.806</u>

O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contábilístico.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

plh A
8/17
T Jee

2021

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos							
Saldo inicial	294.291	1.509.866	346	31.352	18.175	92.398	1.946.428
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	294.291	1.509.866	346	31.352	18.175	92.398	1.946.428
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	1.414.697	346	31.352	18.177	83.723	1.548.296
Amortizações do exercício	-	63.332	-	-	-	-	63.332
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	1.478.029	346	31.352	18.177	83.723	1.611.628
Ativos líquidos	294.291	31.837	-	-	-	8.675	334.800

2020

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos							
Saldo inicial	294.291	1.509.866	346	31.352	18.175	92.398	1.946.428
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	294.291	1.509.866	346	31.352	18.175	92.398	1.946.428
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	1.337.399	346	31.352	18.093	83.664	1.470.854
Amortizações do exercício	-	77.298	-	-	84	59	77.442
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	1.414.697	346	31.352	18.177	83.723	1.548.296
Ativos líquidos	294.291	95.169	-	-	-	8.675	398.132

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o saldo da rubrica "Terrenos e recursos naturais" refere-se ao direito de superfície, atribuído em 1998 pela Câmara Municipal do Porto à Fundação, por um prazo de 70 anos prorrogável por um período de 35 anos, no qual está instalada a sede da Fundação e que não pode ser utilizado para outro fim.

O saldo da rubrica "Edifícios e outras construções", diz respeito às obras realizadas no terreno cedido pela Câmara municipal do Porto, correspondentes à construção das instalações sede da Fundação. No caso de extinção da Fundação terreno e benfeitorias reverts para a Câmara Municipal do Porto

Durante os exercícios de 2021 e 2020 não existiram aquisições significativas ficando explicada a variação da rubrica pelas depreciações ocorridas.

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2021				
	Projetos de desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Ativos				
Saldo inicial	1.360.590	4.797	811	1.366.198
Saldo final	1.360.590	4.797	811	1.366.198
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	1.207.171	4.797	811	1.212.779
Amortizações do exercício	44.532	-	-	44.532
Saldo final	1.251.703	4.797	811	1.257.311
Ativos líquidos	108.887	-	-	108.887

2020				
	Projetos de desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Ativos				
Saldo inicial	1.360.590	4.797	811	1.366.198
Saldo final	1.360.590	4.797	811	1.366.198
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	1.152.499	4.797	811	1.158.107
Amortizações do exercício	54.672	-	-	54.672
Saldo final	1.207.171	4.797	811	1.212.779
Ativos líquidos	153.419	-	-	153.419

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores mais significativos em ativos intangíveis referem-se ao Projeto “Memória de África e do Oriente”, que se encontra a ser amortizado em 10 anos. Durante os anos de 2021 e 2020 não ocorreram novos investimentos neste projeto.

O projeto consistiu na ampliação e desenvolvimento de bases de dados disponíveis “On-Line”, com um vasto conjunto de informação sobre vários Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e na recolha de registos bibliográficos sobre a presença de Portugal na Índia, nomeadamente em Goa.

Esta base de dados foi desenvolvida pelo CEsa – Centro de Estudos sobre África e pela Universidade de Aveiro, mediante aprovação anual pelo Conselho de Administração da Fundação das despesas estimadas com o projeto apresentadas pelo CEsa.


10/17

7 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhados conforme se segue:

	Valor carteira 2021	Valor carteira 2020
ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		
Obrigações cotadas	3.660.069	3.386.484
	<u>3.660.069</u>	<u>3.386.484</u>
Outros instrumentos financeiros		
Fundos de Investimento	2.094.197	2.006.492
	<u>2.094.197</u>	<u>2.006.492</u>
Total de activos financeiros detidos para negociação	<u>5.754.266</u>	<u>5.392.976</u>

Os ativos e passivos financeiros acima referidos encontram-se registados a justo valor através de resultados, sendo os impactos da sua atualização registados, numa base trimestral, na rubrica da Demonstração dos resultados “Aumentos / reduções de Justo valor”.

A decomposição da rubrica de “Aumentos / reduções de justo valor” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é conforme se segue

	2021	2020
Ganhos de justo valor em activos financeiros:		
Obrigações	25.642	174.621
Outros - UP's	22.639	153.116
Perdas de justo valor em activos financeiros:		
Ações	-	(16.768)
Obrigações		(67.730)
Outros - UP's	(2.818)	(131.735)
	<u>45.463</u>	<u>111.504</u>

Durante o exercício de 2021 e 2020 o Conselho de Administração da Fundação decidiu deixar de ter aplicações em ações, para reduzir a exposição à flutuação de valor das mesmas, e privilegiar o investimento em obrigações e fundos de investimento.

As aplicações financeiras em Ações geraram dividendos distribuídos em 2020 de 502 Euros – Nota 15.

A 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Fundação não possuía ações cotadas em carteira.

A 31 de dezembro de 2021 e 2020 a carteira da Fundação apresentava a seguinte composição:

Obrigações cotadas	31.12.2021				31.12.2020			
	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Bruta	Valor no dia	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Bruta	Valor no dia
HOVIONE FAR 2023	100.000	100,73%	2,47%	101.332	100.000	101,34%	2,52%	101.966
NOS SGPS - 15 -2022	100.000	100,34%	1,72%	100.792	100.000	101,96%	1,72%	102.409
OTRV DEZEMB. 2022	355.000	101,23%	1,10%	359.649	355.000	102,50%	1,10%	364.157
CX G DEP-TM-28	100.000	107,38%	5,75%	110.311	100.000	109,74%	5,75%	112.674
EDP-TM-79	200.000	106,59%	4,50%	219.218	200.000	109,59%	4,50%	225.218
EDP FINANCE BV-1.125%-12-02-2024	200.000	102,62%	1,13%	207.231	200.000	103,33%	1,25%	208.638
NOS SGPS-1.125%-02-05-2023	200.000	101,10%	1,13%	203.698	200.000	102,03%	1,13%	205.558
REN FINANCE BV-2.5%-12-02-2025	200.000	107,29%	2,50%	218.985	200.000	110,67%	2,50%	225.747
REN FINANCE BV-1.75%-18-01-2028	200.000	107,08%	1,75%	217.487	200.000	109,61%	1,75%	222.554
GALP ENERGIA SGPS SA-1%15-02-20	200.000	101,00%	1,00%	203.750	200.000	100,75%	1,00%	203.251
EDP FINANCE BV-2%-22.04-2025	200.000	106,33%	2,00%	215.431	200.000	108,17%	2,00%	219.105
OT-2.875%-15-10-2025	202.050	112,23%	2,88%	227.986	202.050	116,01%	2,88%	235.618
OT-4.125%-14-04-2027	184.412	122,36%	4,13%	231.093	184.412	128,09%	4,13%	241.644
OT-.0.7%-15-10-2027	227.514	103,97%	0,70%	236.875	227.514	106,47%	0,70%	242.563
OT-2.875%-21-07-2026	199.554	114,17%	2,88%	230.391	199.554	118,16%	2,88%	238.353
ORTV-LULHO-2025	225.000	104,72%	1,00%	236.626	225.000	104,90%	1,00%	237.031
ITALY-I/L-1.4%25	310.000	109,29%	1,40%	339.214	-	0,00%	0,00%	-
				3.660.069				3.386.484

Fundos de Investimento	31.12.2021			31.12.2020		
	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia
Obrigações						
BPI- Obrigações Mundiais	20.855	7,86	163.955	20.855	7,82	162.996
DEUTSCHE FLOATING IC	5.094	84,06	428.231	5.094	84,17	428.792
CAIXA BANK GLOBAL	6.655	9,84	65.474	6.655	9,90	65.870
CANDRIAM BDS EURO HIGH	98	1.525,40	150.205	69	2.196,86	150.698
BGF. EURO SHORT DURATION EUR	10.114	16,43	166.169	10.114	16,62	168.091
MSS SHORT MATURYTI EUR	4.874	30,96	150.886	4.874	30,84	150.301
CARMINGNAC PTF-SECURITE	1.521	110,86	168.597	-	0	-
Acções						
PICTET T.RET.AG.I	-	-	-	819	140,12	114.819
BLACKROCK-EUROP.ABSO	-	-	-	870	151,97	132.282
LUNYNA MARSHAL WACE T EUR	226	161,11	36.428	226	145,76	32.958
BPIGIF ALTERNATIVE	19.605	13,41	262.964	20.177	12,68	255.104
Fundos Diversificação						
MARSHALL WACE UCITS-MW	602	172,36	103.682	460	116,81	92.702
PICTET TR-DIVERS ALP	209	113,66	23.788	602	154,11	53.782
Fundos de Tesouraria						
BPI DEFENSIVO	26.571	7,41	196.778	26.571	7,46	198.098
Fundos Flexíveis						
BROWN ADVISORY US EQUITY-B USD	416	125,33	52.182	-	-	-
JPM-EMERGING MARKETS-EQTY	3.867	9,89	38.229	-	-	-
ELAVA ABS RET.EUR.R	383	139,57	53.395	-	-	-
PICTET TR MANDARIN-I-U-USD	187	200,88	33.234	-	-	-
			2.094.197			2.006.492

8 CAPITAL PRÓPRIO

Fundo social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital Fundacional ascende a 11.385.069 Euros, encontrando-se pendente de realizar um montante de 12.470 Euros, valor este que não se encontra inscrito na rubrica de Balanço "Fundo Social".

Composição do Fundo Social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Fundo Social era representado pelas dotações subscritas pelos seus fundadores conforme a seguir se indicam:

	31.12.2021	31.12.2020
Banco BPI, S.A.	5.426.921	5.426.921
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	773.137	773.137
Fundação Belmiro de Azevedo	748.197	748.197
Banco Comercial Português, S.A.	748.197	748.197
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498.798	498.798
Cimpor – Cimentos de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Portugal Telecom, S.A.	498.798	498.798
Câmara Municipal do Porto	299.279	299.279
Fundo da EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal	274.339	274.339
IAPMEI – Inst. Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento	124.699	124.699
Itaúsa Portugal SGPS, S.A.	124.699	124.699
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.	99.760	99.760
Tabaqueira, S.A.	99.760	99.760
IPE – Investimentos e Participações Empresariais, S.A.	74.819	74.819
Estado Português	49.880	49.880
Partex, S.A.	49.880	49.880
Tertir, S.A.	49.880	49.880
Cabelte, S.A.	24.940	24.940
Fábricas de Moagem do Marco, S.A.	24.940	24.940
Fábrica Têxtil Riopele, S.A.	24.940	24.940
Ferbritas – Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A.	24.940	24.940
Quintas & Quintas, S.A.	24.940	24.940
RAR – Soc. Controle Holding, S.A.	24.940	24.940
Asea Brown Boveri, S.A.	24.940	24.940
Sociedade Portuguesa de Acumuladores Tudor, S.A.	24.940	24.940
Solidal, S.A.	24.940	24.940
Somague, S.A.	24.940	24.940
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	24.940	24.940
Associação Empresarial de Portugal	12.470	12.470
Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)	9.976	9.976
OGMA – Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, S.A.	9.976	9.976
Outros (dotações iguais ou inferiores a 5.000 Euros)	139.668	139.668
	<hr/>	<hr/>
	11.385.069	11.385.069
Fundo subscrito por realizar	(12.470)	(12.470)
	<hr/>	<hr/>
	11.372.599	11.372.599

De acordo com os seus Estatutos, a Fundação poderá ser extinta em qualquer altura por deliberação do Conselho de Administração, tomada por maioria qualificada definida no artigo 17 dos seus Estatutos. Neste caso, o património existente reverterá integralmente a favor do Estado excetuando do edifício sede que reverte para a Câmara Municipal do Porto.

Resultados transitados

De acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi aplicado integralmente em Resultados transitados.

Outras variações nos fundos patrimoniais – Subsídios ao Investimento

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo desta rubrica é nulo sendo de 24.940 Euros em 31 de dezembro de 2020 correspondente a um subsídio atribuído pela Comissão de Coordenação da Região Norte a título de participação nas obras de construção do novo edifício sede da Fundação. Este subsídio foi imputado à demonstração dos resultados em 20 anos, proporcionalmente às depreciações do edifício a que está afeto.

Do total dos subsídios recebidos foi imputado ao resultado do exercício o valor de 24.940 Euros (27.382 Euros em 31 de dezembro de 2020 - Nota 13).

Desta forma, o movimento ao nível da rubrica do capital próprio da Fundação “Subsídios ao investimento” é de 24.940 Euros em 31 de dezembro de 2020 e nulo em 31-12-2021 pelo fato de já ter sido reconhecido em resultados a totalidade dos subsídios recebidos.

Assembleia de Fundadores

Em 8 de julho de 2021, realizou-se a Assembleia Geral de Fundadores, tendo sido aprovado o Relatório e Contas referente ao exercício de 2020.

Na Assembleia Geral de Fundadores de 16/12/2020, foi dado conhecimento das conversações que se encontram a decorrer com o Ministério dos Negócios Estrangeiros para a criação de um projeto âncora de Pós-Graduações e Doutoramentos destinado a estudantes dos PALOP, que deverá ser lançado e gerido pelos novos Órgãos Sociais da Fundação. O diálogo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros iniciou-se após a eleição dos novos Órgãos Sociais. As medidas que terão, entretanto, de ser desenvolvidas ao nível da Fundação, como a preparação do novo projeto de Estatutos, adequando-o ao reforço da posição do Estado Português, serão uma das principais incumbências do novo Conselho de Administração.

9 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de “Estado e outros entes públicos” refere-se a valores a pagar associados a Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares e contribuições para a Segurança Social, relacionados com colaboradores da Fundação.

14/17
A
T

10 UTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de “Outras dívidas a pagar” apresenta em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a seguinte composição:

	2021	2020
Remunerações a Liquidar	1.712	1.468
Outras contas a pagar	6.732	6.841
	<u>8.444</u>	<u>8.309</u>

O valor de “Outras contas a pagar” inclui, em 31 de dezembro de 2021, o montante de 6.732 Euros (6.841 Euros em 2020), correspondente à comissão de gestão da carteira relativa ao último trimestre de 2021, debitada pelo BPI e cujo pagamento ocorre em 2022.

11 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme se segue:

	2021	2020
Trabalhos especializados	20.602	35.215
Comissão de gestão da carteira	25.475	25.318
Deslocações e estadas	137	2.387
Conservação e reparação	3.349	4.538
Comunicação	2.666	2.833
Vigilância e Segurança	8.760	8.760
Honorários	9.600	11.188
Outros Fornecimentos e serviços externos	7.469	7.430
	<u>78.058</u>	<u>97.670</u>

A rubrica de “Trabalhos especializados” inclui, em 31 de dezembro de 2021 um montante de 12.251 Euros (12.251 Euros em 2020) relativos a serviços de manutenção e 8.647 Euros de honorários para auditoria em 2020.

A rubrica “Comissão de gestão da carteira” diz respeito, tal como anteriormente referido, ao montante debitado trimestralmente pelo Banco BPI pela gestão da carteira de ativos financeiros da Fundação.

12 SUBSÍDIOS CONCEDIDOS E PROJECTOS FINANCIADOS

A rubrica de “Projetos financiados” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme se segue:

	2021	2020
Escolas Profissionais de Moçambique	16.546	33.859
Subsídios diversos	-	19
	<u>16.546</u>	<u>33.878</u>

Os apoios concedidos pela Fundação durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2021 e 2020 para o projeto “Escolas Profissionais de Moçambique”, referem-se, essencialmente, a remunerações e encargos sociais pagos à consultora residente em Moçambique. O projeto “Escolas profissionais de Moçambique” foi dado por concluído, cessando, a partir de Julho de 2021, os encargos respetivos.

13 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é conforme se segue:

	2021	2020
Reposição do subsídio ao investimento	24.940	27.382
Rendimentos e ganhos em ativos financeiros detidos para negociação		
Ações	-	4.535
Obrigações	-	13.366
Outros - UP's	281	54.859
Outros rendimentos e ganhos		
Valorização a Justo Valor de derivados	762	338.005
	<u>25.983</u>	<u>438.146</u>

O valor correspondente a “Subsídios ao investimento”, refere-se ao reconhecimento, no exercício, de parte do subsídio ao investimento recebido para a construção da sede da Fundação e de parte dos subsídios recebidos para apoiar os projetos “Memória de África”. Os subsídios em causa encontram-se registados na rubrica Fundos patrimoniais, “outras variações nos fundos patrimoniais”.

Os valores correspondentes a rendimentos e ganhos em ativos financeiros detidos para negociação, referem-se às mais-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Por isso, os rendimentos acima refletem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da última atualização efetuada previamente à alienação.

Nas rubricas “Valorização a Justo Valor de derivados” encontra-se registado o movimento de justo valor e respetivo movimento financeiro relativo a derivados cambiais, cujo impacto em “Outros rendimentos” e “Outros gastos” totaliza, 761 Euros e 19 Euros, respetivamente, no exercício findo a 31 de dezembro de 2021.

14 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é conforme se segue:

	2021	2020
Impostos	2.208	2.208
Gastos e perdas em ativos financeiros detidos para negociação		
Ações	-	577
Obrigações	12.195	-
Outros ativos financeiros - UP's	4.586	262.666
Valorização a Justo Valor de derivados	19	50.049
Outros gastos	1.168	3.067
	<u>20.176</u>	<u>318.567</u>

Os valores correspondentes a “Gastos e perdas em ativos financeiros detidos para negociação”, referem-se às menos-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Deste modo, os referidos gastos refletem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da sua última atualização efetuada previamente à alienação. A rubrica de “Outros gastos” em 2021 incorpora essencialmente custos com transferência, compra e venda de Títulos no valor de 668 Euros (2.565 Euros em 31 de dezembro de 2020).

15 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhados conforme se segue:

	2021	2020
Juros Obtidos		
Depósitos bancários	392	5.694
Outros	-	502
	<u>392</u>	<u>6.196</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os rendimentos provenientes de juros obtidos em obrigações foram registados em resultado operacional, juntamente com o impacto do justo valor dos instrumentos financeiros respetivos.

Em 2021 não existiram dividendos recebidos. Em 2020 existiram dividendos no montante de 502 Euros.

16 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do Balanço não se verificaram eventos, ajustáveis ou não ajustáveis, que possam ter impacto material nas Demonstrações Financeiras da Fundação.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

AL L. Vile
Rodolfo Vasco Lavador

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Portugal-África (a Entidade – uma pessoa coletiva de direito privado com fins de utilidade pública – Nota Introdutória), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 10.001.104 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.991.841 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 162.661 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Portugal-África em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido no anexo às demonstrações financeiras (Notas 3.1 e 8), a Entidade tem mantido desde 2019 uma atividade limitada aos compromissos anteriormente assumidos e em curso, reduzindo ao mínimo a sua atividade e intervenção em projetos promovidos por entidades terceiras. O recém eleito Conselho de Administração da Entidade, em linha com os planos estabelecidos em Assembleia Geral de Fundadores, encontra-se em processo de análise, juntamente com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de um novo programa para a Entidade. Face ao exposto, a continuidade das operações da Entidade dependerá da orientação estratégica e medidas concretas que venham a ser definidas pelos órgãos sociais da Entidade, dos planos que vierem a ser aprovados e do sucesso da sua implementação. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.



"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

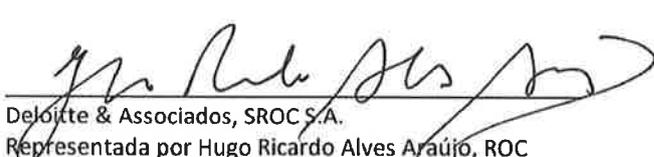
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 25 de fevereiro de 2022



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Hugo Ricardo Alves Araújo, ROC
Registo na OROC n.º 1437
Registo na CMVM n.º 20161047





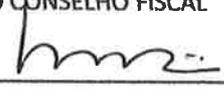
RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

1. No âmbito das suas competências constantes da alínea a) do artigo 16.º dos Estatutos, vem o Conselho Fiscal submeter a V.ªs. Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da Fundação Portugal África referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.
2. No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do exercício, a atividade da Fundação, através dos contactos que regularmente manteve com o Conselho de Administração.
3. Efetuou as verificações julgadas oportunas e adequadas à atividade desenvolvida, acompanhou e analisou a evolução da situação financeira da Fundação, a concessão de subsídios e apoios a projetos relacionados com os fins estatutários.
4. O Balanço a Demonstração dos Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras permitem, em sua opinião, uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados em 31 de Dezembro de 2021.
5. Tomou conhecimento do relatório de auditoria externa às Contas da Fundação Portugal África, elaborado pela empresa Deloitte & Associados SROC, S.A, no qual é emitido parecer favorável, com o qual concordam.
6. O Relatório do Conselho de Administração descreve, com o necessário detalhe, as atividades desenvolvidas pela Fundação no ano de 2021.
7. O Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo às Demonstrações Financeiras, da responsabilidade do Conselho de Administração, encontram-se elaborados de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro gerais.
8. A Fundação Portugal África decidiu continuar a adotar a forma de apresentação das demonstrações financeiras e de relato segundo as normas gerais do SNC por considerar que proporcionam uma base de informação mais detalhada e útil aos destinatários da informação financeira.
9. Não teve conhecimento de qualquer situação contrária aos estatutos e preceitos legais aplicáveis.
10. Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de Parecer que a Assembleia de Fundadores da Fundação Portugal África aprove:
 - O Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.
 - A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
 - Um voto de louvor aos membros do Conselho de Administração que cessaram funções em Setembro de 2021, bem como aos atuais, pela competência e dedicação, com que exerceram as suas funções.

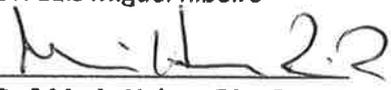
Porto, 26 de Abril de 2022

O CONSELHO FISCAL

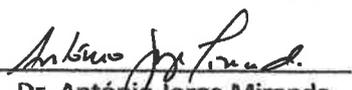
Presidente:


Dr. Luis Miguel Ribeiro

Vogal:


Dr.ª Maria Helena Dias Duarte

Vogal:


Dr. António Jorge Miranda